

ESTUDO DE OCUPAÇÃO CAMPONESA NO SUDESTE DO PARÁ(BRASIL): O CASO DE AÇAIZAL/BOA UNIÃO.

Reinaldo Corrêa Costa.*

INTRODUÇÃO

Para se fazer um estudo do sudeste do Pará segundo o processo histórico de ocupação, é preciso que se tenha uma noção da história da ocupação do território Amazônico.

O processo de colonização da Amazônia, pelos conquistadores, iniciou com as expedições realizadas por ingleses, espanhóis, franceses e holandeses. Essas expedições eram de cunho especulativo, em busca de metais preciosos, ou de qualquer outro produto que tivesse em alta no mercado europeu.

É importante ressaltar, que essas expedições sempre seguiram os cursos dos rios e o principal objetivo era explorar as riquezas naturais existentes na região e não a colonização propriamente dita.

A ação das ordens religiosas também foi muito importante para a ocupação da Amazônia. Índios eram reunidos em aldeias, que deram origem a algumas cidades mais antigas do Pará.

As "frentes de expansão" ocorridas na segunda metade do século XVII também influenciaram bastante no processo de ocupação da Amazônia. A necessidade cada vez maior de obter terras no litoral para o cultivo de cana-de-açúcar, afastava para o interior do território a criação bovina, que também ocupava grandes extensões territoriais, mesmo com baixa produtividade. É importante ressaltar que essa prática não se dava uniformemente; existiram áreas que sofreram maior concentração de terras para pecuária e outras que não passaram por esse processo.

A frente de expansão pastoril foi muito importante para a ocupação do Brasil Central, assim como para o Maranhão, o que fez com que hoje e até recentemente, a pecuária seja bem expressiva nessas regiões.

Já no século XVIII, a frente pastoril, seguindo o curso do rio Tocantins, alcançou as proximidades do que é hoje a cidade de Marabá. Uma outra frente de expansão já tinha ocorrido no Brasil, foi a frente das "drogas do sertão".

Muitas expedições estavam sendo realizadas para o Norte do País em busca de ouro e prata, porém, estes produtos não foram encontrados, mas para compensar, os viajantes encontraram espécies vegetais que poderiam substituir as especiarias das Índias: cravo, canela, cacau, castanha-do-Pará, entre outras, que foram sendo explorada e exportadas para a Europa. As "drogas do sertão" estavam sendo um negócio lucrativo para a metrópole portuguesa, e a prática de aprisionamento de índios, para torná-los mão-de-obra não pagã, estava formando uma espécie de povoado, onde os missionários catequizavam os índios favorecendo o controle por parte dos portugueses.

Por volta do final do século XVIII, uma das espécies vegetais, a seringueira, foi bastante utilizada e foi um dos produtos que mais trouxe riquezas para a região. Com a decadência da borracha brasileira no mercado internacional, a região voltou a uma estagnação. Contudo, já havia uma oligarquia local se fortalecendo e terras já tinham sido ocupadas, e um outro produto, a castanha-do-Pará, passou a ser explorado.

* Mestrando em Geografia, Universidade de São Paulo(USP), São Paulo, Brasil.

Até a década de 1950 a Amazônia era considerada mal conhecida, fornecedora apenas de produtos extrativos e vegetais. No final dos anos 50 e início da década de 1960, o Brasil vivenciou os impasses decorrentes do modelo de substituição de importações, acentuada pela elevada inflação. Um dos desdobramentos dessa situação foi a aquisição de grandes extensões de terras na Amazônia por industriais e banqueiros do centro-sul do País e grupos estrangeiros com fins especulativos. Ao mesmo tempo ocorreu a intensificação da articulação da economia nacional com o capital monopolista internacional.

De simples aquisição de terras, os grupos econômicos industriais e financeiros passaram a instalar suas empresas na Amazônia. Acompanhando esse movimento e buscando garanti-lo, o Estado reelaborou as políticas de incentivo a essa forma de ocupação que, num primeiro momento era incipiente. De uma ocupação garantida e incentivada pelo governo federal na década de 1960, iniciou-se uma ocupação fortemente induzida pelo Estado e com ritmo acelerado a partir da década de 1970. O que contribuiu para que, na Amazônia Oriental, se formassem os maiores latifúndios do Brasil, e talvez do Mundo. Porém, "é conveniente ressaltar que não se trata de um traço "feudal" da estrutura fundiária brasileira, pois, entre estes latifundiários estão os grandes grupos empresariais do centro-sul do País. O que esta realidade revela é o caráter rentista do capitalismo que se desenvolve no Brasil".(OLIVEIRA, 1994).

Desde de 1976, eclodiram conflitos fundiários em vários pontos da Amazônia, mais acentuadamente no sul e sudeste do Pará, onde confrontaram-se posseiros e fazendeiros e/ou posseiros e antigos donos de castanhais. Também outras distorções do modelo de ocupação via grande empresa agropecuária-industrial começam a vir à tona. As palavras de HÉBETTE(1991), oferecem uma análise global:"

"Desde fins dos anos 50, com a abertura da rodovia Belém-Brasília e, em 1970, da Transamazônica, dirigiram-se para essas regiões fluxos intensos de migrantes, na maioria lavradores expulsos dos mais diversos Estados do País. Acompanhando esse movimento e, em alguns casos, antecedendo-o, operou-se um grande movimento de especulação fundiária que retalhou toda a região em imensos de dezenas e até centenas de milhares de hectares. Esse duplo movimento representa a primeira fase - o primeiro momento - da incorporação à dinâmica do mercado nacional: a do mercado de terras. No decorrer dos anos 70 e início dos anos 80, foram implantados os grandes projetos estatais apoiados em capitais estrangeiros: a mina de ferro da Serra de Carajás, as minas de manganês, ouro, bauxita, a represa hidrelétrica de Tucuruí, as grandes indústrias de alumínio, Albrás-Alunorte em Barcarena, no Pará e a Alumar, em São Luís no Maranhão. É a segunda fase de incorporação ao mercado nacional: a do mercado de insumos básicos de mão-de-obra volante(peões). Ensaia-se, em seguida, uma tentativa de recheiar essa infra-estrutura gigantesca e ociosa com projetos industriais e agrícolas do setor privado: usinas de ferro-gusa e ferroligas e *plantations*. É o terceiro momento

da incorporação ao sistema nacional de processamento primário de matérias-primas e de fixação de um proletariado industrial e agrícola em justaposição ao campesinato".

A agricultura familiar no sudeste do Pará, encontra-se diante do dilema de sua reprodução como categoria social. Só o acesso a terra não é necessário para fixar o pequeno produtor com base na mão-de-obra familiar, no lote. Os desafios que estes personagens sociais encontram não lhes permitem continuar no lote somente com agricultura de subsistência, torna-se necessário procurar diversificar e aumentar a produção de cada lote de terra. A modernização, entendida aqui como processo social amplo e com bases democráticas, é de fundamental importância no processo de fixação de camponeses em seus lotes de terra. Neste trabalho esta uma tentativa de propostas e uso da modernização pelos sistemas produtivos familiares no sudeste paraense. Por Pequeno Produtor estamos entendendo o produtor rural que dispõe de uma pequena área e de um pequeno volume de produção. Conta ainda com uma mão-de-obra basicamente familiar. O pequeno produtor por nós considerado, pode ter ou não a titulação da propriedade. Neste último caso, o mais comum e denominá-lo de Posseiro. Finalmente, neste trabalho optamos pelo conceito de Trabalhador Rural, utilizado por QUINTELA(1992), "porque condiz com a auto-definição dos atores sociais (...). Estes definem trabalhador rural, imbuídos pelo estatuto sindical, que portanto, consideram TRABALHADORES RURAIS: os pequenos produtores proprietários ou não, inclusive sem terra; os assalariados na agricultura ou na pecuária e extrativistas".

ALGUMAS REFLEXÕES

Para pensarmos em sistemas produtivos familiares, dentro de uma proposta de modernização, é preciso termos Reforma Agrária para podermos construir cidadania no tecido social brasileiro e para o desenvolvimento da pequena produção familiar. Nesse contexto deve-se ter a organização como algo fundamental para sobreviver, pois, a maioria dos pequenos produtores no sudeste paraense só tem experiências de vida como dominados e, portanto, desenvolveram práticas de dominados(subordinação), querem fazer coisas escondidas, como por exemplo, aumento da área de pasto, sem comentar a respeito, uma visão individualista. Na atuação da pesquisa temos que reconhecer que existem relações do dia-a-dia, e isto é um indício para a organização da comunidade, tal prática deve ser encarada como produção de conhecimento útil. Quanto aos critérios da pesquisa, eles são mais ou menos científicos(há o envolvimento emocional), porém, se a clara compreensão da relação com eles para analisar as respostas, a pesquisa é, e deve ser, científica não emocional, além do mais toda pesquisa é uma intervenção.

A pesquisa não pode ter soluções em seu início, as soluções seriam dadas com o diálogo entre as partes, então haverá uma relação de igualdade(transparência) entre todos. Surge daí um grupo que tem relação entre si, portador da possibilidade de democracia no próprio grupo. A questão de poder é passada sem intervenção para o pesquisador.

Quanto a intervenção do trabalho do pequeno produtor rural em uma sociedade moderna, visto que esta ligação é realizada através da comercialização. Isto significa que a pequena produção agrícola com base na utilização da mão-de-obra familiar pressupõe em produção de excedentes para o mercado. Esta produção pode se

classificar em 02 tipos: 1º) suprir as necessidades básicas da família(subsistência) e para reprodução; 2º) venda daquilo que a sociedade urbana não produz, isto através do mercado, que gera a acumulação.

Diante do que foi exposto anteriormente, faz-se necessário distinguir a intenção e a meta do pequeno produtor, o que foi explicado por REMENTERÍA(1981), a intenção corresponde a uma atitude subjetiva, uma aspiração. A meta corresponde a um conjunto de ações coerentes. Assim, se o enriquecimento é intenção do pequeno produtor, não é sua meta porque suas ações, suas estratégias não vão neste sentido. É portanto ao nível das metas que o camponês se distingue do empresário que se organiza em função do lucro, do enriquecimento.

A distinção da produção do pequeno produtor pressupõe que o mesmo seja dono de todos os momentos da produção, ou seja, terra, bens de produção e evidentemente da força de trabalho. Obviamente é o que planeja todo o processo de produção e é o dono de seus produtos. A meta do pequeno produtor não é o lucro, porém, o contentamento de suas necessidades familiares. A recompensa de sua labuta é a restituição de seu capital.

Para condução/construção de um ethos voltado para a modernização é básico para as organizações camponesas precisam, e algumas já têm, uma atuação histórica que tenha a prática de democracia, liberdade de opinião e transparência nas tomadas de decisão, que irão refletir sobre o grupo. Desta maneira devemos diferenciar as políticas sociais e os objetivos de cada comunidade. Esta é o preenchimento das necessidades materiais e espirituais das famílias que compõem cada comunidade, aquelas, são atos sociais que precisam do trabalho artesanal, manual e auto-organizado em prol da própria categoria social.

O mercado, se constitui como o vínculo entre o pequeno produtor e o restante da sociedade, nele estão, entre outros, a comercialização dos produtos, as vias de comunicação, as vias de transporte, as redes de transformação, a distribuição de energia, o uso do crédito agrícola, a assistência técnica, a capacidade de produção e o controle de preços, que no processo de modernização não podem ser excluídos, e o mercado necessita de uma série de ramificações, *v. g.*, os intermediários para escoar o excedente do trabalho e o *feedback* para os pequenos produtores rurais.

A “modernização conservadora” no sudeste do Pará deu condições favoráveis aos latifundiários, que causaram um impacto ambiental prejudicial à região. O contexto de fluxo dos processos da produção social da micro-realidade de cada comunidade encontra-se diretamente ligado às pressões jurídicas, econômicas, políticas e sociais da atual conjuntura, tanto nacional quanto internacional, MARX(1990) analisa da seguinte maneira a questão do processo de produção social:

“O processo de produção social não só é um processo de produção das condições materiais da vida humana; como também um processo que decorre em condições histórico-econômicas específicas produzindo e reproduzindo essas mesmas condições de produção e, por conseguinte, os representantes desse processo ,as suas condições materiais de existência e as suas relações recíprocas, isto é, a sua forma de sociedade econômica determinada. Porque é precisamente a totalidade dessas relações que envolvem os representantes dessa produção nas suas relações entre si e com a natureza porque são

precisamente estas relações que envolvem a sua produção que constituem a sociedade”.

Com uma modernização de bases democráticas, o espaço no sudeste paraense poderá ser modificado e uma outra cartografia fundiária irá se configurar, e neste sentido as modificações na paisagem são inerentes. Devendo ser a modernização, objeto de um estudo dialético para a fixação do pequeno produtor no lote, embora entendemos ser muito cedo para calcularmos os novos rumos e impactos que poderão ser causados pelos pequenos produtores rurais com a modernização.

BIBLIOGRAFIA:

- BECKER, B. K. "A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia". In: BECKER, B. K. *et. alii* (org.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo. HUCITEC.1995.

-EHLERS, E. Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de um novo paradigma. São Paulo. Ed. Livros da Terra. 1996.

- FERRAZ JR, F. A. C. "Transferência de tecnologias apropriadas: antigas tradições como novos modelos, um caminho para o Terceiro Mundo". In: SANTOS, M. *et. al.*(org.) Novo Mapa do Mundo: Problemas Geográficos de um Mundo Novo. São Paulo. HUCITEC/ANPUR. 1995.

- HÉBETTE, J. "Política de Ciência e Tecnologia na Universidade. Elementos para um balanço". Jornal "A Província do Pará". Belém. 13 de novembro de 1983.

- _____ Absorção de tecnologia na pequena produção agrícola paraense. UFP^a/CAT (*No prelo*).

- _____ "A luta sindical em resposta as agressões dos grandes projetos". In: HÉBETTE, J (org.). O Cerco está se fechando. Petrópolis. Vozes. 1991.

- MACHADO, L. O. "A fronteira agrícola na Amazônia brasileira". In: BECKER, B. K. *et. al.*(org.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo. HUCITEC. 1995.

- MARX, K. Textos Filosóficos. São Paulo. Mandacaru. 1990.

- OLIVEIRA, A. U. "Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Águas de São Pedro(SP). UNESP/IGCE. Rio Claro. 1994.

- QUINTELA, R. S. O Cotidiano do STR de Jacundá- PA: Dificuldades e Expectativas . Belém. UFP^a/CFCH. T.C.C..1992.

- REMENTERÍA, I. "La Economía Campesina y el Mercado Agropecuario" . In: Estudios Rurales Latinoamericanos. Bogotá, vol. 04, nº 03, set.-dic. 1981.

- SCHUMACHER, E. F. O Negócio é ser Pequeno. Rio de Janeiro. Zahar . 1977.